

# Nota de esclarecimento

Ter 27 agosto

O [Governo de Minas Gerais](#) vem a público esclarecer pontos sobre a situação financeira do Estado e a negociação com movimentos sindicais. A atual gestão herdou a administração em situação de calamidade financeira com um rombo de R\$ 34,5 bilhões. Esse valor soma-se ao déficit orçamentário para 2019 de R\$15 bilhões. Lembrando, ainda, que o governo terá, para 2019, 14 folhas de pagamento, contando o 13º salário de dezembro de 2018, que não foi quitado.

Sem contar com nenhum recurso extra, apenas com redução de gastos e melhor gestão da máquina pública, o Estado conseguiu negociar dívidas com os municípios, com o IPSM e com o Ipsemg, apenas citando alguns casos específicos. Vale destacar que o parcelamento dos salários não teve início nesta administração, mas na anterior. Mesmo assim, os servidores puderam contar com previsibilidade no parcelamento. Até o momento, o Estado conseguiu pagar integralmente o 13º de 2018 a 79% do funcionalismo. Dentre os que já receberam todo o recurso está a Segurança Pública.

Apesar de todas as dificuldades financeiras e do corte de despesas, o Governo de Minas não se furtou ao diálogo franco e sincero com sindicatos de diversas categorias. Como parte dos esforços para encontrar saídas para a crise, o Governo tenta uma operação financeira que, se bem-sucedida, resultará no fim do parcelamento de salários e na garantia do pagamento do 13º de 2019 ainda neste ano.

Por todo o exposto, o Governo de Minas faz um chamamento a todas as categorias para que tratem das demandas que impactem no orçamento com serenidade e tendo em vista a grave situação financeira herdada por essa administração.

O Estado ressalta que respeita o direito de manifestação democrática e está aberto ao diálogo republicano. Porém, repudia qualquer tipo de ato violento e de ameaça. Atitudes assim não contribuem para o ambiente democrático.

Por fim, o governo informa que estuda medidas estruturais de redução de despesas e ingresso de recursos, que serão anunciadas oportunamente e possibilitarão ter um horizonte mais seguro com o reequilíbrio das finanças estaduais.